

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CASA DO POVO DE OLIVEIRINHA

ANO : 2018

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 7 - Inventários**
 - 7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
 - 7.2 Quantia escriturada de inventários
- 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
 - 10.4 Outras divulgações
- 12 - Benefícios dos empregados**
 - 12.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
 - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais
- 16 - Outras divulgações**
 - 16.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados
- 18 - Impostos e contribuições**
 - 18.2 Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos
 - 18.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: CENTRO INFANTIL DA CASA DO POVO DE OLIVEIRINHA

Sede social: RUA DA CASA DO POVO, N.º 3 - OLIVEIRINHA - AVEIRO

Endereço electrónico: cpoliveirinha@cpo.pt

Natureza da actividade: Actividades Associativas e Centro Infantil

Código de Actividade: 94995-R; 85100-R e 85600-R

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Primeira adoção de novo referencial contabilístico

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adoção do novo referencial

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas para o Setor não Lucrativo (SNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2018, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Alterações de políticas contabilísticas

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - ALTERAÇÕES NO PERÍODO

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se abrangida pela isenção definitiva para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das normas para o ESNL, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis*Balanço - (modelo para ESNL) - Bens do património histórico e cultural**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Outras imparidades (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Realização de excedentes de revalorização**Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) - Ativos fixos tangíveis**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis***4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis****4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:**

Activos Fixos Tangíveis:

Vida útil e Taxas de Depreciação:

Equipamento básico 3-4-8 anos / 12,5%-25%-33,33%

Equipamento Administrativo 8 anos / 12,5%

Outros Activos Fixos Tangíveis 8 anos / 12,5%

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	30.175,08	Linha recta	3-4-8	12,5-25-33,33
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	2.810,83	Linha recta	8	12,5
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	1.814,25	Linha recta	8	12,5

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o preço de compra após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e na condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar de forma adequada.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		102 216,93	57 328,63	175 895,26	21 016,13		3 860,22			360 317,17
Depreciações acumuladas		87 815,36	54 423,83	175 895,26	18 514,31		2 278,96			338 927,72
Saldo no início do período		14 401,57	2 904,80		2 501,82		1 581,26			21 389,45
Variações do período		(916,23)	(2 602,22)		(676,39)		(361,31)			(4 556,15)
Total de aumentos										
Total diminuições		916,23	2 602,22		676,39		361,31			4 556,15
Depreciações do período		916,23	2 602,22		676,39		361,31			4 556,15
Outras transferências			0,00							0,00
Saldo no fim do período		13 485,34	302,58		1 825,43		1 219,95			16 833,30
Valor bruto no fim do período		102 216,93	57 328,63	175 895,26	21 016,13		3 860,22			360 317,17
Depreciações acumuladas no fim do período		88 731,59	57 026,05	175 895,26	19 190,76		2 640,27			343 483,87

7 - Inventários

Balço - (modelo para ESNL) - Inventários

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Variação nos inventários da produção

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição incluindo todos os custos de compra e outros incorridos para os colocar no seu local e na condição actual.

7.2. Quantia escriturada de inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo. Na imputação dos custos dos inventários, foi usado o sistema de custeio total, sendo que as matérias primas foram valorizadas ao custo de aquisição.

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		1 692,54	1 692,54		1 938,46	1 938,46
Compras		24 532,02	24 532,02		23 825,52	23 825,52
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		921,73	921,73		1 692,54	1 692,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		25 302,83	25 302,83		24 071,44	24 071,44
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Balço - (modelo para ESNL) - Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Subsídios, doações e legados à exploração

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

O valor reconhecido no presente exercício nas demonstrações financeiras referente a subsídios das entidades Públicas

Administração/ Gerência

foi como se discrimina:

- Participações por Acordos de Cooperação com o ISS, IP, no valor de 243.195,23 euros; do Instituto de Emprego e Formação Profissional no valor de 926,43 euros; do Município de Aveiro no valor de 30.000,00 euros e da Junta de Freguesia de Oliveirinha no valor de 2.416,00 euros.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período	243 195,23	243 195,23	33 342,43	33 342,43
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	243 195,23	243 195,23	33 342,43	33 342,43
Total	(243 195,23)	(243 195,23)	(33 342,43)	(33 342,43)

10.4. Outras divulgações

A entidade recebe uma dotação mensal que resulta de acordos de cooperação para participações, atribuído pelo Instituto da Segurança Social, I.P.. Estes subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados na sua totalidade.

12 - Benefícios dos empregados

Balço - (modelo para ESNL) - Outros passivos correntes

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos com o pessoal

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) - Pagamentos ao pessoal

12.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

No ano de 2018 a entidade teve ao seu serviço 20 pessoas, tendo sido trabalhadas 31.270 horas.

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa			19,00	33 694,00
Pessoas remuneradas			19,00	33 694,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário			19,00	33 694,00
Pessoas a tempo completo			19,00	33 694,00
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo			19,00	33 694,00
Masculino			1,00	1 811,00
Feminino			18,00	31 883,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

O número médio de pessoas ao serviço da entidade foi de 20 pessoas, todas empregadas, estando os benefícios dos empregados e os encargos da entidade desenvolvidos no mapa em anexo.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	327 409,98	311 388,90
Remunerações do pessoal	263 937,99	252 661,84
Encargos sobre as remunerações	60 409,95	55 730,31
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 817,89	1 317,79
Gastos de acção social	910,25	766,00
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	333,90	912,96

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Balanco - (modelo para ESNL) - Fundos patrimoniais

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante Autoridade Tributária, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

16 - Outras divulgações

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Fornecimentos e serviços externos

16.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O resultado positivo obtido no exercício fica a dever-se à conjugação de vários factores. Apesar da diminuição do subsídio recebido do ISS do acordo de cooperação, registou-se um aumento do valor recebido em mensalidades e também ao recebimento de subsídios de outras entidades, sendo de realçar a contribuição do Município e da Junta de Freguesia. Tudo isto e a aplicação do valor estritamente necessário a aplicar nos gastos, contribuiu para a obtenção de um valor final com saldo positivo e que proporcionou apresentar contas equilibradas.

18 - Impostos e contribuições

18.2. Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos

A entidade não apresenta qualquer valor de impostos sobre o rendimento reconhecido em capitais próprios uma vez que a mesma se encontra isenta para efeitos de tributação em IRC.

18.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor de 3.941,00 euros, evidenciado em impostos a pagar sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), refere-se às retenções efectuadas nas remunerações pagas ao pessoal: Trabalho dependente 3.821,00 euros e de Trabalho independente 120,00 euros. Em imposto sobre o valor acrescentado (IVA), existe um crédito no valor de 288,10 euros referente a 50% do IVA suportado na aquisição de bens alimentares e de que se aguarda a devolução.

Na mesma data, o valor de 12.356,13 euros refere-se à retenção das contribuições para a Segurança Social, efectuadas ao pessoal no mês de dezembro.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		3 941,00		3 512,79
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	288,10		736,79	
Contribuições para a Segurança Social		12 356,13		12 165,69
Total	288,10	16 297,13	736,79	15 678,48